

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.411 - PR (2019/0231375-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : GLOBALFOOD SISTEMAS INGREDIENTES E TECNOLOGIA PARA ALIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : SEGUROS SURA S/A
ADVOGADOS : DARCIO JOSE DA MOTA - SP067669
INALDO BEZERRA SILVA JUNIOR E OUTRO(S) - SP132994
ADRIANO HENRIQUE GÖHR - PR037114
AGRAVANTE : SGS AGRICULTURA E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : JOSE ELI SALAMACHA - PR010244
CLAUDIO ROBERTO MAGALHAES BATISTA - PR018885
LUIZ GUILHERME BUSS E OUTRO(S) - PR051639
PATRÍCIA ALVES CORREIA IMAGUIRE - PR053627
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. CONTRATO DE SEGURO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS FIXADOS SOB A ÉGIDE DO ANTIGO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM BASE NO ART. 20, § 4º, DO CPC/1973. VERBA FIXADA NA ORIGEM DE ACORDO COM OS PATAMARES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE ESTABELECIDOS PELA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DE SGS AGRICULTURA E INDÚSTRIA LTDA.

DECISÃO

Na origem, Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A. (atual denominação de Seguros Sura S.A.) ajuizou ação de ressarcimento contra SGS Agricultura e Indústria Ltda., uma vez que possui contrato de seguro firmado com a empresa Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda. Afirmou que a segurada fabrica o produto Emulsificante LAC 5800, utilizado na fabricação da Bebida Láctea UHT sabor baunilha produzida pela empresa Ourolac Indústria e Exportação Ltda., sendo que um dos componentes utilizados na fabricação do Emulsificante LAC 5800 é o SGS Mono 90, fornecido pela empresa SGS.

Todavia, em 5/1/2010, a autora/seguradora recebeu várias reclamações da

Superior Tribunal de Justiça

Ourolac acerca do Emulsificante LAC 5800, por apresentar na produção final, ou seja, na bebida láctea, um sabor saponificado. Essas reclamações chegaram até a Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda., a qual notificou a seguradora, objetivando o pagamento de indenização acerca dos prejuízos sofridos em razão da perda de 175.922 (cento e setenta e cinco mil, novecentos e vinte dois) litros do produto final produzido por Ourolac, justificando que as causas mais prováveis estariam no produto SGS Mono 90, fabricado pela SGS, isso porque, ao substituí-lo pelo Myverol 18-04K, produzido por outro fabricante, cessou-se o problema.

A seguradora, por sua vez, aduziu que indenizou a segurada em R\$ 455.009,55 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, nove reais e cinquenta e cinco centavos), subrogando-se nos direitos de ações da Globalfood contra a causadora do dano, ora requerida. Desse modo, a autora pugnou pela condenação da SGS ao pagamento do valor pago pela indenização.

Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda. também ajuizou ação de cobrança contra SGS Agricultura e Indústria Ltda., alegando que apesar de ter recebido da seguradora Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S.A. (atual denominação de Seguros Sura S.A.) o valor de R\$ 455.009,55 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, nove reais e cinquenta e cinco centavos), não foi suficiente para cobrir os prejuízos decorrentes do descarte do material impróprio para consumo, o qual totalizou o valor de R\$ 577.381,71 (quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos). Pugnou, assim, pela condenação da ré ao pagamento da diferença, qual seja, R\$ 107.293,17 (cento e sete mil, duzentos e noventa e três reais e dezessete centavos).

O Magistrado reconheceu a conexão das ações e determinou que todas as petições fossem a ele dirigidas.

Contudo, o Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos e declarou extintos ambos os feitos com resolução de mérito. Além disso, condenou as autoras integralmente ao pagamento de custas e honorários fixados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo 50% para cada um dos autos.

Interpostos recursos de apelação por SGS Agricultura e Indústria Ltda.,

Superior Tribunal de Justiça

Seguros Sura S.A. e Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda., a Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná decidiu, por unanimidade, não conhecer do agravo retido e conhecer e negar provimento aos apelos, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 962):

APELAÇÃO. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE PRODUTOS. AÇÃO DE COBRANÇA E DE RESSARCIMENTO. BEBIDA LÁCTEA COM SABOR SAPONIFICADO. AGRAVO RETIDO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. APELO 01. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. DESCABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELOS 02 E 03. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. AUTORES QUE NÃO FIGURAM COMO CONSUMIDORES FINAIS DO PRODUTO DEFEITUOSO. VULNERABILIDADE NÃO DEMONSTRADA. INCIDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA AO CASO. CULPA E NEXO DE CAUSALIDADE NÃO EVIDENCIADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSOS 02 E 03 DESPROVIDOS.

Opostos embargos de declaração por SGS Agricultura e Indústria Ltda. e Seguros Sura S.A., foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.005-1.015 e 1.017-1.027).

Nas razões do recurso especial, **SGS Agricultura e Indústria Ltda.**, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegou violação aos arts. 487, § 1º, 535 do CPC/1973; e 85 do CPC/2015, ao argumento de omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca da fixação dos honorários advocatícios em percentual inferior aos 10% estabelecidos no art. 85 do NCPC.

Além disso, aduziu que o arbitramento dos honorários em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) não traduz uma interpretação equitativa dos aspectos processuais até aqui alinhados.

Por fim, pugnou pela majoração dos honorários para um patamar entre 10% e 20% do valor atualizado da causa.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 1.088).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, bem como pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 535 do CPC/1973, atual art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Com efeito, para melhor dirimir a controvérsia, repiso o entendimento proferido no julgamento do AgInt no EDcl no REsp n. 1.357.561/MG, que tratou da aplicação dos honorários sucumbenciais, a fim de estabelecer qual o Código de Processo Civil aplicável ao caso concreto. É necessário analisar a aplicação, no tempo, das profundas alterações legislativas promovidas nos honorários advocatícios sucumbenciais com a edição do Código de Processo Civil de 2015. Para tanto, relembro parte do voto proferido nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ.

O novo Código promoveu alterações substanciais nos honorários advocatícios sucumbenciais, tais como: (I) a vedação à compensação da verba honorária em caso de sucumbência parcial (art. 85, § 14), aqui examinada; (II) a previsão de novas bases de cálculo para arbitramento dos honorários – além do valor da condenação antes previsto no CPC de 1973, adotou-se como critério o proveito econômico obtido e o valor atualizado da causa (art. 85, §§ 2º e 6º); (III) a definição de parâmetros específicos para o

Superior Tribunal de Justiça

estabelecimento de honorários nas causas em que seja parte a Fazenda Pública (art. 85, § 3º); (IV) a possibilidade de fixação de verba honorária na execução provisória (art. 85, § 1º); e (V) o acréscimo no ordenamento jurídico-processual da regra de fixação de verba honorária em grau recursal (art. 85, § 11); entre outras inovações.

A respeito de sua aplicabilidade no tempo, o próprio Código de Processo Civil de 2015 trouxe disposições expressas, *in litteris* (sem grifo no original):

Art. 14. **A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso**, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Art. 1.046. **Ao entrar em vigor este Código, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes**, ficando revogada a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

§ 1º As disposições da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência deste Código.

§ 2º Permanecem em vigor as disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis, aos quais se aplicará supletivamente este Código.

§ 3º Os processos mencionados no art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, cujo procedimento ainda não tenha sido incorporado por lei submetem-se ao procedimento comum previsto neste Código.

§ 4º As remissões a disposições do Código de Processo Civil revogado, existentes em outras leis, passam a referir-se às que lhes são correspondentes neste Código.

§ 5º A primeira lista de processos para julgamento em ordem cronológica observará a antiguidade da distribuição entre os já conclusos na data da entrada em vigor deste Código.

Art. 1.047. As disposições de direito probatório adotadas neste Código aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência.

Art. 1.054. O disposto no art. 503, § 1º, somente se aplica aos processos iniciados após a vigência deste Código, aplicando-se aos anteriores o disposto nos arts. 5º, 325 e 470 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Como visto, foi adotada pelo CPC de 2015 a regra da aplicabilidade imediata da lei processual, com base na teoria do isolamento dos atos processuais. Assim, na data em que entrou em vigor o CPC de 2015, a nova disciplina passou a ser aplicada aos processos em curso, atingindo, de imediato, os atos processuais a serem praticados,

ficando preservados, porém, os atos já realizados sob a égide da legislação anterior e seus respectivos efeitos, bem como as situações jurídicas consolidadas na vigência do normativo antecedente. É certo que a nova disciplina normativa processual em vigor não poderá desrespeitar o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito.

De outro lado, foram previstas expressamente exceções à aplicabilidade imediata das disposições do CPC de 2015, tais como aquelas trazidas nos citados parágrafos do art. 1.046 e nos arts. 1.047 e 1.054. Entretanto, as novas disposições atinentes aos honorários da sucumbência não se subsumem a nenhuma dessas exceções.

Em razão disso, deve ser aferida qual a regra que disciplina a vigência da lei no tempo a ser aplicada às alterações promovidas pelo novo Código em relação aos honorários advocatícios sucumbenciais.

É consagrada nesta Corte a orientação jurisprudencial, alicerçada nos ensinamentos de **Chiovenda** (cf. EREsp 1.113.175/DF, Corte Especial, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 24/5/2012 e publicado no DJe de 7/8/2012), de que as normas que tratam de honorários advocatícios de sucumbência têm natureza híbrida, de direito material e processual, pois, além de irradiarem efeitos dentro do processo, no qual podem ser arbitrados, criam, fora dele, uma relação jurídica, de direito material, entre a parte sucumbente e o patrono da parte vencedora da demanda, que terá direito de caráter alimentar sobre tal verba – a natureza alimentar da verba honorária já era reconhecida pela jurisprudência do STJ e do STF e, agora, encontrou previsão expressa no novel Código de Processo Civil (art. 85, § 14).

A Quarta Turma, contudo, teve oportunidade de fazer novas reflexões sobre o tema. Num primeiro caso, ao dar provimento ao recurso especial, em acórdão proferido na vigência do CPC de 2015 e que levou à alteração da sucumbência, passou a examinar a regra que deveria nortear o novo arbitramento dos **honorários advocatícios sucumbenciais**. Concluiu, inicialmente, que, no caso em exame, a nova fixação da verba honorária deveria observar as disposições do CPC de 1973, em razão de a sentença ter sido proferida na égide de tal diploma processual. Portanto, o marco temporal fixado para aplicação das novas regras acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, na ocasião, foi a data em que proferida a sentença, independentemente da subsequente alteração da

Superior Tribunal de Justiça

sucumbência no julgamento do próprio recurso especial. Eis a ementa do acórdão proferido por aquele órgão julgador (sem grifo no original):

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ARBITRAGEM. EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. EMBARGOS DO DEVEDOR. MÉRITO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ARBITRAL. QUESTÕES FORMAIS, ATINENTES A ATOS EXECUTIVOS OU DE DIREITOS PATRIMONIAIS INDISPONÍVEIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTATAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA. LEI NOVA. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC de 2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

1. A cláusula arbitral, uma vez contratada pelas partes, goza de força vinculante e caráter obrigatório, definindo ao juízo arbitral eleito a competência para dirimir os litígios relativos aos direitos patrimoniais disponíveis, derogando-se a jurisdição estatal.

2. No processo de execução, a convenção arbitral não exclui a apreciação do magistrado togado, haja vista que os árbitros não são investidos do poder de império estatal à prática de atos executivos, não tendo poder coercitivo direto.

3. Na execução lastreada em contrato com cláusula arbitral, haverá limitação material do seu objeto de apreciação pelo magistrado. O Juízo estatal não terá competência para resolver as controvérsias que digam respeito ao mérito dos embargos, às questões atinentes ao título ou às obrigações ali consignadas (existência, constituição ou extinção do crédito) e às matérias que foram eleitas para serem solucionadas pela instância arbitral (*kompetenz e kompetenz*), que deverão ser dirimidas pela via arbitral.

4. A exceção de convenção de arbitragem levará a que o juízo estatal, ao apreciar os embargos do devedor, limite-se ao exame de questões formais do título ou atinentes aos atos executivos (v.g., irregularidade da penhora, da avaliação, da alienação), ou ainda as relacionadas a direitos patrimoniais indisponíveis, devendo, no que sobejar, extinguir a ação sem resolução do mérito.

5. Na hipótese, o devedor opôs embargos à execução, suscitando, além da cláusula arbitral, dúvidas quanto à constituição do próprio crédito previsto no título executivo extrajudicial, arguindo a inexistência da dívida pelo descumprimento justificado do contrato. Dessarte, deve-se reconhecer a derrogação do juízo togado para apreciar a referida pretensão, com a extinção do feito, podendo o recorrido instaurar procedimento arbitral próprio para tanto.

6. O Superior Tribunal de Justiça propugna que, em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC de 2015.

7. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC de 1973. Dessa forma, não obstante o fato de esta Corte Superior reformar o acórdão recorrido após a

vigência do novo CPC, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

8. Recurso especial provido. (REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016 - sem grifo no original)

Feitas essas anotações, concluo que se mostram possíveis diversas soluções para a definição da aplicação no tempo das novas regras acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, trazidas pelo CPC de 2015. Dos julgados apresentados, colhem-se, pelo menos, as seguintes soluções: (I) aplicação imediata aos processos em curso, sendo possível ao julgador, em qualquer grau de jurisdição, sempre que estiver decidindo a causa – dando provimento ao recurso e rejugando a causa, com redefinição da sucumbência –, adotar os novos critérios estabelecidos pelo CPC de 2015 para fixação dos honorários de sucumbência, independentemente de o recurso ter sido interposto na égide do CPC de 1973; (II) adoção como marco temporal para aplicação do novo Código a data do ajuizamento da ação ou da execução; (III) tomar como marco temporal estático a data em que proferida a sentença *stricto sensu*, ou seja, se já houver sentença prolatada na vigência do CPC de 1973, mantém-se sua aplicação, no tocante aos ônus sucumbenciais, até o trânsito em julgado; e (IV) observar qual era o normativo vigente no momento da interposição do recurso, considerando, para tanto, a data em que a decisão recorrida é oficialmente publicada, para, com isso, dar ênfase ao princípio da não surpresa consagrado pelo CPC de 2015 e prestigiar a boa-fé e a legítima expectativa das partes quanto aos custos do processo no momento em que interpõem eventual recurso.

De todas as soluções já trazidas pela jurisprudência, considero que a mais adequada é aquela adotada pelo Supremo Tribunal Federal na interpretação das novas regras de honorários advocatícios sucumbenciais advindas da edição do CPC de 1973. Penso, então, que **as novas regras relativas a honorários advocatícios de sucumbência**, observadas as exceções explicitamente disciplinadas no CPC de 2015, devem ser **aplicadas imediatamente em qualquer grau de jurisdição**, sempre que houver julgamento da causa.

Portanto, se apreciando o recurso, o julgador reexamina a causa, deve, ao final, fixar os honorários advocatícios segundo os novos critérios trazidos pelo Código de Processo Civil de 2015, sempre que o novo julgamento no grau recursal resultar na

alteração da sucumbência.

De outro lado, se no grau recursal o Tribunal julgar o recurso sem alterar a sucumbência, não lhe é dado reexaminar os honorários advocatícios tal como fixados na origem para aplicar o novo CPC. Por conseguinte, se não houve provimento do recurso com alteração da sucumbência, não é dado ao julgador afastar, v.g, a compensação autorizada na origem com base no antigo CPC.

Isso posto, na aplicação do direito intertemporal, as novas regras relativas a honorários advocatícios de sucumbência, advindas da edição do CPC de 2015, devem ser aplicadas imediatamente em qualquer grau de jurisdição, sempre que houver julgamento da causa já na vigência do novo Código.

Com base nessas ponderações, entendo que, no caso dos autos, não é cabível a aplicação da regra estabelecida no art. 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil, com o propósito de readequar os honorários sucumbenciais, como pretende a agravante.

Isso porque o Magistrado de primeiro grau, após declarar extintos os feitos interpostos por Seguros Sura S.A. e Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia Para Alimentos Ltda., condenou as litigantes ao pagamento de custas e honorários de forma equitativa, em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) - fl. 919 (e-STJ).

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, além de manter a condenação honorária fixada pelo Juízo *a quo*, em razão da duração e da complexidade da causa, majorou para R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a fim de atender a aplicação dos honorários recursais, com base nos seguintes argumentos (e-STJ, fls. 979-981):

Da majoração da verba honorária

Pretende a requerida a majoração da verba honorária fixada na sentença (R\$ 8.000,00), adequando-a ao valor da potencial condenação, para estabelece-la em R\$ 136.580,84.

Contudo, sem razão.

Verifica-se que para o arbitramento da verba honorária já foram observados os critérios dos incisos "I", "II", "III" e "IV", do § 29, do artigo 85, da lei processual civil (tempo de duração do processo - desde 2011/2012), zelo e o bom trabalho despendido pelo profissional e tempo exigido diante da importância da causa), não se mostrando razoável o *quantum* pretendido pela ora apelante a título de honorários advocatícios (R\$ 136.580,84).

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, o montante arbitrado, deve ser mantido, eis que atende o regramento legal cabível à espécie, além de remunerar de forma condigna o trabalho desempenhado pelos causídicos, observadas as peculiaridades do caso concreto, devendo ser negado provimento ao apelo da parte.

(...)

Dos honorários recursais:

Considerando que o presente julgamento ocorre já na vigência do novo Código de Processo Civil/2015, nos termos do artigo 85, § 2º e 11º, impõe-se elevar a verba honorária arbitrada no *decisum* em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), tendo em conta o trabalho acrescido na fase recursal ao procurador da requerida (contrarrazões apresentadas no mov. 99.1) e o desprovimento dos apelos 02 e 03, deixando-se de arbitrar honorários recursais em favor do patrono das requerentes (apelantes 02 e 03) em razão da não apresentação de contrarrazões ao apelo 01.

Em suma, o agravo retido não deve ser conhecido e os apelos 01, 02 e 03 devem ser conhecidos e desprovidos, majorando-se a verba honorária em favor da requerida em razão do trabalho na fase recursal (contrarrazões aos apelos 02 e 03) para R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), nos termos do artigo 85, §§ 2º e 11º do CPC/15, deixando-se de arbitrar honorários recursais em favor do patrono das requerentes (apelantes 02 e 03) em razão da não apresentação de contrarrazões ao apelo 01.

Portanto, verifica-se que foram fixados honorários advocatícios na sentença que extinguiu os feitos ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973 e inalterados no acórdão, com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC/1973. Assim, vale lembrar que foram arbitrados com base na apreciação equitativa e, por isso, não estão adstritos aos percentuais de 10% a 20%.

Precedente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DISCUSSÃO ACERCA DOS REQUISITOS DE VALIDADE DA CDA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE VALOR IRRISÓRIO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

6. No caso concreto, a sentença que fixou a verba honorária foi publicada na vigência do CPC de 1973. Desse modo, o regime aplicável para a fixação inicial da verba honorária é aquele previsto no art.

20 e parágrafos do CPC/1973 e não o do art. 85 do CPC/2015, que teve sua vigência iniciada apenas em 18.3.2016.

(...)

9. A fixação da verba honorária consoante o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 deve levar em consideração o efetivo trabalho

Superior Tribunal de Justiça

que o advogado teve na causa, seu zelo, o lugar da prestação, a natureza e importância da causa, tudo consoante apreciação equitativa do juiz não restrita aos limites percentuais de 10% e 20%, e não aquilo que com ela o advogado espera receber em razão do valor da causa.

10. O STJ atua na revisão da verba honorária somente quando esta tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Assim, o reexame das razões de fato que conduziram a Corte de origem a tais conclusões significa usurpação da competência das instâncias ordinárias e implica reavaliação da matéria fático-probatória, o que é obstado ao STJ, conforme determina sua Súmula 7.

11. Recurso Especial da Fazenda Nacional não conhecido e Recurso Especial da Mondelez Brasil Ltda. não provido.

(REsp 1756347/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 23/04/2019)

Além disso, nos termos da jurisprudência desta Corte, a alteração do valor da condenação ao pagamento da verba honorária fixada por equidade esbarra na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a majoração ou minoração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios enseja o revolvimento de matéria fático-probatória, além das peculiaridades do caso concreto, salvo quando o valor se revelar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica no presente caso.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.167.778/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 13/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. MATÉRIA DE FATO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios

Superior Tribunal de Justiça

da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas no caso dos presentes autos.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n. 1.523.462/SP, Relator o Ministro **SÉRGIO KUKINA**, DJe Inicialmente, registro que é possível a incursão no mérito da lide pelo Tribunal local quando necessária à análise dos pressupostos constitucionais de admissibilidade do recurso especial, nos moldes do preconizado no enunciado n. 123 da Súmula desta Corte, sem que isso configure usurpação de competência, consoante pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial de SGS Agricultura e Indústria Ltda.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados da Seguros Sura S.A. e Globalfood Sistemas Ingredientes e Tecnologia para Alimentos Ltda. em R\$ 100,00 (cem reais).

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator